

# DIZ-SE QUE “CADA POVO TEM O GOVERNO QUE MERECE”. SERÁ VÁLIDO ESSE ADÁGIO?

---

Bancaremos nestes comentários alguns acoplamentos fatuais a propósito da denúncia do jornal New York Post sobre famílias novayorquinas abastadas que subornam pessoas portadoras de deficiência a fim de se passar por seus parentes, mirando esquivarem-se das longas filas no parque de diversões da Disney(1), em Orlando, na Flórida. “O periódico acusa os ardilosos membros de grupos familiares americanos que permanecem no máximo 1 minuto para ter acesso às atrações do parque, enquanto as outras pessoas esperam mais de 2 horas.” (2) Infelizmente a defecção moral abrange a corrupção de costumes, a falta de caráter individual ou coletivo, o desleixo administrativo ou governamental, a falta de solidariedade social, a indiferença pela sorte alheia ou pelos interesses públicos.

Sem tanger especulações impróprias sobre a insinuação do New York Post, afirmamos que qualquer semelhança com fatos e pessoas no Brasil não é mera coincidência. Nem é preciso fazermos um esforço descomunal de raciocínio a fim de identificar semelhanças cabais. Habitamos aquilatar negativamente assaltantes vigaristas, homicidas, encarcerados ou ex-detentos de forma geral. Todavia, será que fora das prisões há superávit de cidadãos honestos? Quantas vezes compramos produtos de origem duvidosa para sonegar impostos? Quantas vezes devolvemos o troco que o caixa do supermercado nos deu a mais? Quantos mecânicos de automóveis, técnicos de geladeiras, de televisão, máquinas de lavar, de computadores, ludibriam para cobrar mais caro?

Quantas vezes estacionamos na vaga de idoso ou deficiente sem sermos um idoso ou deficiente? Quantos usam de sua autoridade para anular multas de trânsito? Quantos bebem alcoólicos e assumem a direção de veículo nas estradas? Não assombra que administradores se apropriem das verbas publicas, e que empresários demitam empregados para ter lucro máximo.

Em que pese a angústia coletiva da população brasileira, envolta atualmente pelo manto da conturbação, da ausência de justiça social, da descrença nas instituições do estado, é urgente a promoção de uma reforma de base moral generalizada. Mister se torna uma mudança visceral na cultura da desonestidade. Mudança de comportamento na base da massa popular que costumeiramente elege seus representantes a custo de negociata do próprio voto, dos legisladores que comercializam a honradez a fim de aprovar leis espúrias, dos juízes descompromissados com as vozes dos justos e dos (ir) responsáveis do (des) governo da administração estatal.

Nesse fatídico cenário é imperioso que se restabeleçam os valores da ética, da solidariedade, do amor e que se revitalize a reputação e o caráter de cada cidadão. Até porque a escassez de ética, sobretudo governamental que ora vigora no País, está fundada em valores (escusos), e se esvai através de um ethos compatível para vigorar, a saber: o cinismo ideológico das “autoridades” autoritárias que administram a nação, a

inumanidade e as mentiras consentidas, o enriquecimento ilegítimo de alguns carismáticos líderes políticos.

Com os escândalos divulgados pelas mídias, constata-se um entrelaçamento crescente e preocupante da administração pública com as atividades delituosas, mediante um sistêmico processo de pressões, chantagens, tráfico de influência, intimidações e putrefações morais, com a prática do suborno e da propina, dentre outras falcatruas morais inimagináveis. “A violência urbana é reflexo natural dos que administram gabinetes luxuosos e desviam os valores que pertencem ao povo; que elaboram leis injustas, que apenas os favorecem; que esmagam os menos afortunados, utilizando-se de medidas especiais, de exceção, que os anulam; que exigem submissão das massas para que consigam o que lhes pertence de direito... produzindo o lixo moral e os desconsertos psicológicos, psíquicos, espirituais “. (3)

Nessa instável conjuntura, o cidadão de bem não pode conservar-se na inércia. Precisa reivindicar e batalhar pela rejeição da improbidade através do uso do voto consciencioso e dos exemplos de decoro. Não pode jamais esmorecer o ideal do bem. Precisa contrapor a institucionalização do mal que se faz através da arbitrariedade, da corrupção, da irresponsabilidade, da irracionalidade administrativa, da inversão dos valores morais. Há os que desejam fazer do País a “casa-da-mãe-Joana”, uma “terra de ninguém”. Nas atuais mobilizações populares assistimos atônitos os vândalos devastarem com selvageria os patrimônios públicos e privados. São seres dementes, avessos à civilidade, que acreditam não haver leis para regular suas sanhas criminosas. O País carrega uma história promíscua. A prática da rapinagem tem-se repetido através dos séculos nas plagas do Cruzeiro do Sul. Isso inspirou o Patriarca da Independência (José Bonifácio), reencarnado como Rui Barbosa (segundo o Espírito Humberto de Campos), a lançar o clamor de indignação ao deparar com todas as tramoias cometidas: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.” (4)

As estatísticas consagram ao Brasil a liderança do ranque dos Países campeões mundiais em corrupção, fazendo associação a determinados Países africanos em estágio primitivo. Que tipo de ambição exorbitante e estúpida está na base da deficiência de caráter capaz de olvidar todos os escrúpulos para com a consciência e arremessar-se tão sagazmente no cofre do Estado? Não somos o primeiro, o único ou o último a anunciar esse séquito de vícios, contudo a mídia, frequentemente, noticia e expõe tais fatos francamente execráveis e com grande repercussão.

Cumpra ao cidadão de bem afirmar a primazia da ética na inspeção da administração pública, por ser a instância fundante do valor dos preceitos da governabilidade: o interesse prioritário da população. E os governantes precisam “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.” (5) Até porque a Carta Magna do País consigna que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos da Constituição”. (6)

A rigor, ser incorruptível requer dignidade e sobriedade. Ser honesto demanda disciplina moral e ética, afã para abater más tendências, diligência por não se consentir desabar na perdição das trapagens. Que nesses instantes históricos pelos quais estamos passando no Brasil, restabeleçam-se os valores da Ética Cristã e que se revitalize o mundo da honestidade. Até por uma questão muito clara, “não há mais lugar na cultura moderna para o absurdo de governos arbitrários, nem da aplicação dos recursos que são arrancados do povo para extravagâncias disfarçadas de necessárias, enquanto a educação, a saúde, o trabalho são escassos ou colocados em plano inferior”. (7) Muitos se interrogam no ímo da consciência: Haverá futuro promissor para uma sociedade estruturada assim como a nossa? Pensamos que sim! Considerando pelo lado, digamos mais transcendente da questão, para apurar a estrutura social deste País, a tese de Humberto de Campo, contida no livro “Brasil coração do Mundo e Pátria do Evangelho”, assegura um norte de esperança para todos nós. Creio que na “Pátria do Evangelho” estão sendo programadas reencarnações de almas nobres e sábias, e esse fato nos aponta para um futuro menos conturbado para as futuras gerações de brasileiros. A prudência continua sendo a nossa melhor conselheira. Por questão de consciência ética, sabemos que um autêntico espírita tem que ser fiel aos princípios que a Doutrina dos Espíritos impõe e ter noção de que honestidade é prática obrigatória para todo ser humano, sobretudo para um cristão. Ou será que devemos reivindicar pedestais nos panteões terrenos por executarmos dignamente aquilo o que é nossa obrigação fazer?

**Jorge Hessen**

<http://aluznamente.com.br>

#### **Referências bibliográficas:**

- (1) A Disney permite que visitantes em cadeira de rodas ou que se locomovam com veículos motorizados tenham acesso direto às atrações, junto com até seis membros de sua família. Mas o sistema, que foi implantado para benefício de pessoas com deficiência, está sendo comercializado de forma ilegal.
- (2) Disponível em <http://noticias.r7.com/internacional/familias-ricas-contratam-pessoas-com-deficiencia-para-escapar-das-longas-filas-na-disney-15052013> acesso em 23/06/13
- (3) FRANCO, Divaldo P. “Amor, imbatível amor”. Pelo Espírito Joanna de Ângelis, 6ª ed. Salvador, BA: LEAL, 2000, p. 84
- (4) Disponível em <http://www.casaruibarbosa.gov.br/scripts/scripts/rui/mostrafrasesrui.idc?CodFrase=883> acesso em 21/06/13
- (5) Constituição da República Federativa do Brasil /1988, Preâmbulo
- (6) Idem Art. 1º, Parágrafo único
- (7) Franco Divaldo. Jornal A Tarde, de Salvador/Bahia, (<http://atarde.uol.com.br/opiniao/materias/1512342-clamor-social-o-climax-e-a-indiferenca-dos-governantes>). Acesso em 23/06/13